PRESENÇA KAINGANG NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Tatiane Motta Da Costa E Silva [1]

Cristiane Barbosa Soares [2]

Diego De Matos Noronha [3]

Suzana Cavalheiro De Jesus [4]

Resumo:

Partindo do entendimento da universidade como sendo um espaço plural e diverso, tendo, a responsabilidade de garantir o acesso e permanência de todas e todos. Em 2017, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Uruguaiana/RS, recebeu as/os acadêmicos indígenas através do processo seletivo de reserva de vagas para indígenas do recorrente ano. Ingressaram seis acadêmicas/os em cinco cursos diferentes, todas/os pertencentes aos povos Kaingang. A presente pesquisa trata-se de um estudo etnográfico, no qual, através da observação participante e da convivência diária com os/as interlocutores/as de pesquisa buscamos compreender como se deu o ingresso e o processo de permanência destes no contexto universitário. Para a coleta de dados foi utilizada a observação participante. As observações diárias ocorreram em turnos variados, nos espaços de estudo, de lazer e de convivência coletiva. As observações foram registradas no diário de campo. As/os estudantes são oriundos de diferentes terras indígenas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Quanto ao processo de escolarização as/os seis estudantes indígenas são egressos de escolas públicas, transitando entre escolas indígenas e não indígenas, durante a realização do ensino fundamental e médio. Diversos foram os motivos que levaram os/as estudantes indígenas a busca por um curso de nível superior, o principal deles, foi a necessidade de profissionais para atuar nas terras indígenas. Deste modo, entendemos que a permanência e o sucesso acadêmico depende do acolhimento e políticas de permanência. Além disso, é fundamental o reconhecimento da importante contribuição destas/es acadêmicas/os em nossa instituição, valorizando a sua cultura e compreendendo as suas particularidades.

Palavras-chave: Universidade. Indígenas. Ações Afirmativas.

Modalidade de Participação: Pós-Graduação

PRESENÇA KAINGANG NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

[1] Aluno de pós-graduação. tatianemottaesilva@gmail.com. Autor principal

[2] Mestranda do PPG Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde . cristi.soa@gmail.com. Co-autor

[3] Estudante Do Curso de Especialização em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena . noronha.educfisica@gmail.com. Co-autor

[4] Docente. suzanajesus@unipampa.edu.br. Orientador

PRESENÇA KAINGANG NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

1 INTRODUÇÃO

A cultura dominante em nossas instituições educativas, legitima condutas, currículos, avaliações, grades, séries, disciplinas, tornando os tradicionais processos de exclusão popular explicáveis e legítimos, pedagógica e socialmente, impondo-se frente a cultura individual de cada estudante (ARROYO, 1992). Desconsiderando, com isso, que a escola e a universidade são instituições socioculturais, que possuem uma organização pautada por valores, concepções e expectativas.

Nesta perspectiva a universidade sendo um espaço plural e diverso tem a responsabilidade de garantir o acesso e permanência de todas/os. Em 2017, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Uruguaiana/RS, recebeu seis acadêmicas/os através do processo seletivo de reserva de vagas para indígenas.

O ingresso destas/es estudantes é fruto das Políticas de Ações Afirmativas, que vêm tomando um papel de destaque no cenário das Universidades públicas do país e no atual contexto educacional brasileiro.

> Este conjunto de políticas visa uma forma de reparação e redução de desigualdades que é um problema crônico da sociedade brasileira, oferecendo assim oportunidades para aqueles que foram marginalizados socialmente e excluídos do processo educacional brasileiro ao longo do século (NORONHA; SILVEIRA, 2016, p. 11).

Porém não basta garantir o ingresso das/os mesmas/os no sistema de ensino é necessário dar condições para a sua permanência. E para isso, além do apoio financeiro, garantido através dos Programas de Assistência Estudantil, ainda são necessários espaços de acolhimento e discussão sobre a construção e valorização das identidades enquanto estudantes indígenas.

Diante do ingresso destas/es estudantes e das demandas apresentadas por elas/es, passou-se a intensificar o estudo acerca da cultura indígena. Desta forma, o presente estudo busca apresentar brevemente as acadêmicas e os acadêmicos Kaingang ingressantes na UNIPAMPA, campus Uruguaiana/RS no ano de 2017.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa trata-se de um estudo etnográfico, no qual, através da observação participante e da convivência diária com os/as interlocutores/as de pesquisa buscamos compreender como se deu o ingresso e o processo de permanência das/os acadêmicas/os indígenas no contexto universitário.

O estudo foi realizado com seis acadêmicas/os indígenas, do povo Kaingang, ingressantes no primeiro semestre de 2017 na UNIPAMPA, Campus Uruguaiana, através do processo seletivo de reserva de vagas para indígenas do recorrente ano. O processo seletivo específico para Indígenas 2017 da UNIPAMPA ofertou 21 vagas, em quatro *campi (Uruguaiana, São Gabriel, Santana do Livramento e Jaguarão),* distribuídas em 12 cursos de graduação. A UNIPAMPA, no campus Uruguaiana, ofertou oito vagas em cinco cursos, foram preenchidas sete vagas, porém com a desistência de uma acadêmica[1], permaneceram

[1]A desistência da acadêmica teve como motivo a sua aprovação no curso de direito na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em Rio Grande – RS e como era sua primeira opção ela preferiu desistir do curso de Educação Física e ir para a FURG cursar direito.

seis acadêmicas e acadêmicos, nos seguintes cursos: Enfermagem,Farmácia, Fisioterapia, Licenciatura em Educação Física e Tecnologia em Aquicultura.

Para a coleta de dados foi utilizada a observação participante. As observações diárias ocorreram durante o segundo semestre de 2017, em turnos variados, nos espaços de estudo, de lazer e de convivência coletiva. As observações foram registradas no diário de campo, através de uma *descrição densa* (GEERTZ 1989), não só das/os interlocutoras/es da pesquisa e da universidade, mas dos acontecimentos, das conversas, das reflexões e ideias explanadas pelos sujeitos.

O estudo seguiu as orientações da Resolução nº 510/16[2] do Conselho Nacional de Saúde e o código de ética da Associação Brasileira de Antropologia, no qual, garante as/os interlocutoras/es de pesquisa o direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais, garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado e o direito de acesso aos resultados da investigação.

Desta forma a proposta de pesquisa foi apresentada as/aos participantes, tendo o consentimento livre e esclarecido sido expressado de forma oral. Para garantir o anonimato das/os interlocutores da pesquisa, as/os mesmas/os foram identificadas/os por nomes fictícios.

3 A/O ESTUDANTE KAINGANG

Oriundas/os de diferentes terras indígenas[3] do Rio Grande de Sul e Santa Catarina, três das/os seis estudantes indígenas transitaram ao longo de seu percurso em diferentes terras indígenas Kaingang, residindo atualmente nas seguintes localidades, conforme quadro abaixo.

Quadro 1. Apresenta as Terras Indígenas onde as/os estudantes residem.

Nome	Terra Indígena de Origem	Terra Indígena atual	População Kaingang	Área Territorial[4]
Carlos	Ligeiro/RS	Ligeiro/RS	1604	4565,8
Daniela	Xapecó/SC	Xapecó/SC	4000	15623
Fernando	Guarita/RS[5]	Cacique Doble/RS	820	4426
Patrícia	Cacique Doble/RS	Cacique Doble/RS	820	4426
Pedro	Guarita/RS	Monte Caseros/RS	544	1112,41
Sara	Guarita/RS	Pó Nãnh Mág/RS[6]		

Fonte: Diário de Campo e Portal Kaingang[7]

[2] http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/cep/files/2012/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-510_2016.pdf

[3] Optamos por padronizar a nomenclatura "Terra Indígena" para as atuais áreas indígenas, quer estejam ou não demarcadas, mesmo constando no artigo 231, da Constituição Federal Brasileira de 1988, que o termo "Terra Indígena" é atribuído a áreas demarcadas oficialmente pela União (BRASIL, Constituição de 1988).

[4] Em hectares.

[5] A terra indígena de Guarita possui uma população de 5320 indígenas Kaingangs e sua área territorial conta com 23406,87 hectares.

[6] Não é uma área oficialmente demarcada.

[7] Os dados referente a população e área territorial foram retirados do Portal Kaingang.

O povo Kaingang está entre os mais numerosos povos indígenas do Brasil, distribuindo-se na região sul e sudeste do país, ocupando os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul[8]. Do ponto de vista lingüístico os Kaingang[9],

> pertencem à Família Jê do Tronco Macro Jê, e, juntamente com os *Xokleng*, compõe o grupo de sociedades indígenas Jê meridionais. Culturalmente, os *Kaingangs* estão vinculados às sociedades Jê-Bororo, especialmente aos Jê setentrionais e centrais: *Akwén*, *Apinayé*, *Kayapó*, *Kren-akarôre*, *Suyá* e Timbira (SILVA, 2002).

No que tange a organização da sociedade, os Kaingang se dividem por meio do sistema de metades. Para os Kaingang, o dualismo é representado através das duas metades, sendo elas *Kamé* e *Kainru*, onde, compreende-se que todos os seres, objetos e fenômenos naturais são divididos em duas categorias cosmológicas, uma ligada ao gêmeo ancestral *Kamé*, e a outra vinculada ao gêmeo ancestral *Kainru* (SILVA, 2002).

O autor explica ainda que o dualismo Kaingang engloba todo o cosmo, incluindo, entre outros, os elementos classificatórios no âmbito da natureza e de sua exploração

> as relações entre os homens, a organização social e ritual do espaço, a cultura material, as representações sobre as características físicas, emocionais e psicológicas, as diferenciações de papéis sociais e os padrões gráficos representados em vários suportes. Estes pares opositores caracterizam-se por uma bipolarização contrastante, opositora e complementar, modo como se apresenta o sistema de representações visuais *Kaingang* (SILVA, 2002).

Para as/os estudantes indígenas explicar que a organização social Kaingang é organizada pelas metades Kamé e Kairu é uma forma de valorização e reconhecimento de sua cultura, visto que em diversos relatos do diário de campo, geralmente em momentos de apresentação é frisado por elas/es:

> *Pedro explica que as metades Kamé e Kairu estão associadas ao Sol e a Lua, sendo Kamé ao sol e Kairu a lua. Patrícia complementa explicando que as metades passam de pai para filha/o, sendo sempre a metade do pai que vai passar para as/os filhas/os (Diário de campo, 06/12/2017).*
> *Fernando conta que Kamé não pode casar com Kamé e que Kairu não pode casar com Kairu, só podendo haver casamento de Kamé com Kairu, pois se casar Kamé com Kamé ou Kairu com Kairu ocorre o risco das/os filhas/os nascerem com má formação e do casamento não dar certo. Sara contrapõe ao dizer que os casais mais modernos não ligam tanto para isso e casam (Diário de campo, 05/07/2017).*

As divisões ***Kamẽ*** e ***Kairu*** são representadas pelas marcas ***rá téj*** (comprida ▮) e ***rá ror*** (redonda ●), conforme exemplificado no estudo de Sueli Krengre Candido (2014). Essas representações das marcas são vistas em pinturas no rosto e no corpo para apresentações de eventos e nos rituais. Também pode ser vista em artesanatos feitos pelos artesãos do povo Kaingang (CANDIDO, 2014).

O povo Kaingang que reside no Rio Grande do Sul, segundo informações do Portal Kaingang, tem a base de sua economia na caça, pesca, coleta e agricultura complementar.

[8]A nível Brasil, são 31 áreas, distribuídas entre Rio Grande do Sul, Santa Catariana, Paraná e São Paulo, com uma população de 34.116 indígenas Kaingang. Entre os estados citados, o Rio Grande do Sul é o estado que possui a maior população e o maior número de áreas indígenas, tendo aproximadamente 17.231 indígenas pertencentes a13 áreas.

[9]Os Kaingang representam cerca de 45% de toda a população dos povos de língua jê, e estão entre os 5 povos indígenas mais populosos no Brasil (D'ANGELIS, 2002).

Tendo, atualmente, a agricultura como o elemento básico da economia. O complemento da renda é por conta da confecção e venda de artesanatos.

Quanto ao processo de escolarização os/as seis estudantes indígenas são egressos de escolas públicas, transitando entre escolas indígenas e não indígenas, durante a realização do ensino fundamental e médio. Em relação ao nível de formação, apenas a estudante Daniela possui nível superior, concluindo o Curso de Graduação em Direito na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), no ano de 2014.

A educação escolar é hoje uma realidade na maioria das Terras Indígenas no Brasil. Só no Rio Grande do Sul são 6.327 estudantes em 78 escolas, sendo 54 Kaingang (MEDEIROS, 2012). O povo Kaingang caracteriza-se como um dos primeiros povos da região sul a possuírem escolas em seus territórios.

O direito à educação escolar diferenciada é assegurado, no plano formal, por dispositivos jurídicos que passam a orientar as políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas (BRASIL, 2013). Aliada a esse processo está a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), criada pelo MEC em 2004, onde está situada a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI).

> A CGEEI que tem como missão planejar, orientar, coordenar e acompanhar a formulação e a implementação de políticas educacionais voltadas para as comunidades indígenas, apoiando técnica e financeiramente a formação de professores indígenas e o desenvolvimento de materiais pedagógicos específicos para as escolas indígenas, em harmonia com os projetos de futuro de cada povo (BONDIM, 2013).

Entre as diretrizes norteadoras, destacamos as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica responsáveis por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras, incluindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 1999).

Em relação ao domínio da língua Kaingang, apenas o estudante Carlos e a estudante Patrícia dominam a língua e conversam entre si, Pedro apenas compreende Kaingang, os demais falam e compreendem somente o português.

O caso, por exemplo, de povos kaingang, de acordo com o estudo de Crespo (2015) a língua nativa vem sendo reaprendida e praticada na comunidade indígena, como modo de valorização da cultura materna e da manutenção de uma educação diferenciada, outro exemplo são os rituais e cerimônias tradicionais que estão voltando a fazer parte da vida cotidiana dos povos indígenas nas suas comunidades.

Diversos foram os motivos que levaram os/as estudantes indígenas a busca por um curso de nível superior, o principal deles, foi a necessidade de profissionais para atuar nas terras indígenas, justificando a busca pelos cursos da área da saúde durante o processo seletivo, sendo das/os 19 candidatas/os classificadas/os no processo seletivo, 11 buscam os cursos da área da saúde, como, enfermagem, farmácia e fisioterapia. Com exceção de Sara[10], as/os demais estudantes ingressaram nos cursos que escolheram como primeira opção durante o processo seletivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a universidade tem o compromisso de produzir conhecimentos e propor ações para melhoria da qualidade de vida da população onde está inserida, por ser um

[10] A estudante escolheu o curso Direito como primeira opção, porém ficou de 1ª suplente, optando por matricular-se no curso de Tecnologia em Aquicultura, sua segunda opção.

espaço que promove a formação cultural e científica e que articula o ensino e a pesquisa, viabilizando a relação transformadora entre universidade e a sociedade.

No entanto, nos deparamos com um contexto universitário, que reproduz um modo de ser único, não contemplando a diversidade e ignorando as referencias culturais trazidas por suas/es alunas e alunos. O ingresso das/os estudantes indígenas, contribui, justamente, para provocar essas inquietações na instituição e fomentar a discussão quanto ao trato das políticas de ação afirmativa dentro da universidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. Em Aberto. Brasília, ano 11, n. 53, p. 46-53, jan./mar. 1992.

BONDIM, Renata Gérard. Educação superior indígena: de que estamos falando? SOUZA LIMA, Antonio Carlos e BARROSO, Maria Macedo (orgs). Povos indígenas e universidade no Brasil : contextos e perspectivas, 2004-2008 .Rio de Janeiro : E-papers, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CÂNDIDO, Sueli Krengre. **Histórias Kaingang.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

CRESPO, Benjamin Perokag. **As práticas de ensino Bilíngüe na Escola Estadual Indígena de Fundamental Davi Rygjo Fernandes.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, janeiro de 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

MEDEIROS, Juliana Schneider. **Escola indígena e ensino de história: um estudo em uma escola Kaingang da terra indígena Guarita/RS.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

NORONHA. Diego de Matos; SILVEIRA, Marta Iris Camargo Messias **O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros Unipampa/Uruguaiana e o seu potencial para a Educação das Relações Étnicas e Raciais.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pampa, Uruguaiana, 2016.

PORTAL KAINGANG. População Kaingang (por áreas e estado). Disponível em: http://www.portalkaingang.org/index_povo_1default.htm. Acesso em: 10/08/2017.

SILVA, Sergio Baptista. **Dualismo e cosmologia Kaingang: o Xamã e o Domínio da Floresta.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 189-209, dezembro de 2002.